



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

HAYLA DE QUEIROZ LEMOS

**DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA - PB**

**SUMÉ - PB
2024**

HAYLA DE QUEIROZ LEMOS

**DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corcino.

**SUMÉ - PB
2024**



L557d Lemos, Hayla de Queiroz.
Desafios e políticas públicas de educação especial inclusiva no município de Coxixola - PB. / Hayla de Queiroz Lemos. - 2024.

43 f.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corcino.
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Educação especial inclusiva. 2. Políticas públicas de educação especial inclusiva. 3. Inclusão. 4. Coxixola - PB - educação especial inclusiva. 5. Educação especial. I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título.

CDU: 35:376(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

HAYLA DE QUEIROZ LEMOS

**DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Kevin Ferreira Corcino.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG

Me. Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias
Examinador Externo - UFPE/NG/ CAA

Professor Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva.
Examinador Interno- UFCG/UAGESP/CDSA

Trabalho aprovado em: 07de outubro de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé, pelo dom da vida, por ter me permitido vivenciar tantos momentos inesquecíveis ao longo desse ciclo e por ser a minha força nos meus momentos de fraqueza.

Agradeço especialmente a minha mãe Jozilma Queiroz, que mesmo diante das dificuldades nunca deixou de nos incentivar e acreditar em nós.

Aos meus irmãos Janailson Feitoza, Joseilma Feitoza e Gerefeson Henrique Queiroz, pelo apoio de sempre, por acreditarem em mim e por não me deixarem desistir, meus sinceros agradecimentos. Um agradecimento especial a minha sobrinha Helena Feitoza, por me motivar a ser alguém melhor e um bom exemplo.

A minha amiga/irmã Sandrielle Queiroz, que viveu junto comigo essa fase cheia de novidades e surpresas, por todos os “vai dar certo” ditos nesse percurso e por todas as risadas, meu muito obrigada. Agradeço às amigas Aniely Queiroz, Alessandra Apolinário e Bruna Reinaldo pelo incentivo, apoio e pela torcida.

Aos meus avós maternos Severino Queiroz e Josefa Queiroz, por que juntos são os pilares da nossa família, nossa base e segurança. Aos meus tios e primos que torceram e apoiaram, meu agradecimento.

Agradeço as amizades feitas nesses anos de curso, em especial aos “Robson's” (Giovana Galdino, Gabriel Alves e Sandrielle), pelo apoio, por dividir sonhos, dúvidas e muitos risos nas escadas do CDSA.

Ao meu orientador Prof. Dr. Kevin Ferreira Corcino, pela paciência e pelo aprendizado construído durante este trabalho, muito obrigada. Aos demais professores por contribuírem com minha formação e pelos saberes compartilhados, meu agradecimento.

A todos que contribuíram para que este sonho fosse possível.

Dedico este trabalho a minha mãe Jozilma Josefa de Queiroz, a meus irmãos Janailson José Feitoza, Joseilma Josefa Feitoza e Gerefson Henrique Queiroz Feitoza e aos meus sobrinhos Helena Vitória Alves Feitoza e Daniel (*in memoriam*).

RESUMO

A concepção de educação inclusiva vai além do direito de acessar a escola. Para isso, aqueles que fazem a escola devem estar atentos a qualidade do ensino ofertado e a estrutura que recebe esse público, no caso da educação especial, pessoas com alguma deficiência física ou intelectual, que formam um grupo historicamente marginalizado e invisibilizado pelas políticas públicas em um contexto geral. Deste modo, esta pesquisa teve por objetivo analisar quais ações governamentais foram instituídas para oferecer um ensino de qualidade aos alunos público alvo da Educação Especial Inclusiva, na rede pública de ensino do Município de Coxixola-PB. Para isso, a metodologia utilizada neste trabalho foi de natureza exploratória, seguindo uma abordagem qualitativa, com levantamento de dados coletados por meio de questionário e entrevistas, para 1 membro da secretaria municipal de educação, 7 professores e 5 mães de alunos público alvo, a partir das informações coletadas, foi realizada a análise de conteúdo. Mediante os resultados foi possível verificar alguns fatores limitantes como: as escolas só começaram a se adaptar para receber os alunos com necessidades educacionais especiais após os primeiros diagnósticos, a questão de adaptação e socialização foram as dificuldades mais citadas pelas mães entrevistadas e o principal desafio citado pelos professores foi a adaptação curricular. Os resultados também apresentam o diálogo entre família e gestão como aspecto positivo para receber e responder às demandas do alunado.

Palavras chave: políticas públicas; educação especial; educação inclusiva.

CHALLENGES AND PUBLIC POLICIES OF INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF COXIXOLA-PB

ABSTRACT

The concept of inclusive education goes beyond the right to access school. For this to happen, those who make up the school must be attentive to the quality of the teaching offered and the structure that receives this public, in this case, special education, people with some physical or intellectual disability, who form a group that has historically been marginalized and made invisible by public policies in a general context. In this way, the aim of this research was to analyze which government actions have been instituted to offer quality education to students who are the target of Inclusive Special Education, in the public school network of the Municipality of Coxixola-PB. To this end, the methodology used in this work was of an exploratory nature, following a qualitative approach, with a survey of data collected by means of a questionnaire and interviews, for 1 member of the municipal education department, 7 teachers and 5 mothers of target students, from the information collected, content analysis was carried out. The results revealed some limiting factors, such as: schools only began to adapt to receive students with special educational needs after the first diagnoses, the issue of adaptation and socialization were the difficulties most cited by the mothers interviewed and the main challenge cited by teachers was curriculum adaptation. The results also show that dialogue between the family and management is a positive aspect of receiving and responding to special needs.

Keywords: Public policies; Special education; Inclusive education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CER - Centro Especializado em Reabilitação

CF – Constituição Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI – Lei Brasileira de Inclusão LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

NATEA - Núcleo de Apoio à Criança com Transtorno do Espectro Autista

PEI - Plano Educacional Individualizado

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO	12
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS.....	14
3 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO MUNICIPAL E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	17
3.1 DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA	18
4 METODOLOGIA.....	19
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	19
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA.....	19
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	20
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	21
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	22
5.1 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES	23
5.2 PERCEPÇÃO DAS MÃES.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICES	38

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, garante a educação como um direito de todos e como dever do Estado em colaboração com a sociedade para o desenvolvimento da pessoa e preparo para o exercício da cidadania.

Embora o direito à educação esteja assegurado em lei, entende-se que o direito à educação não se restringe ao direito de acessar a escola, mas a qualidade do aprendizado oferecido (Martins; Abreu; Rozek, 2020).

A educação Especial inclusiva exige novas formas de pensar a educação, para Marques (2006), a escola deverá adotar a construção de um currículo que compreenda a diversidade e valorize a singularidade dos sujeitos. Na perspectiva da educação especial e inclusiva, quando fala-se nesse segmento são apresentadas demandas de um público que até pouco tempo era invisibilizado pelas políticas públicas de modo geral (Santos *et al.*, 2024).

O município de Coxixola localizado na Microrregião do Cariri Ocidental, na Paraíba, possui cerca de 1.824 habitantes (IBGE, 2022). No que diz respeito à educação, o município conta com 4 escolas na rede municipal, sendo 3 na zona rural e 1 na zona urbana. Em 2023, alcançou nota 8,2 no IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (indicador nacional que monitora a qualidade do ensino). Essa localidade foi escolhida pelo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e para aprofundar o conhecimento de como o ensino especial inclusivo está sendo desenvolvido em municípios de pequeno porte.

Desse modo, esta pesquisa busca analisar quais ações governamentais foram instituídas para oferecer um ensino de qualidade aos alunos público alvo da Educação Especial Inclusiva, na rede pública de ensino do Município de Coxixola-PB. Como objetivos específicos buscou-se identificar a demanda de alunos portadores de necessidades especiais com laudos médicos na rede pública de ensino do município de Coxixola-PB no ano de 2024; Verificar se existem profissionais qualificados para o atendimento dos alunos; Demonstrar quais políticas públicas foram instituídas para efetivação do ensino, no município citado.

Para isso, a metodologia utilizada neste trabalho classifica-se quanto à natureza como exploratória, seguindo uma abordagem qualitativa, com levantamento de dados coletados por

meio de questionário e entrevistas, realizando uma análise de conteúdo a partir das informações coletadas.

O presente tema discute a educação pública, a inclusão e o ambiente escolar, nas fases onde começam as novas interações da criança, em organizações sociais inéditas e diversas, compreendendo as diferenças, para valorização da diversidade e aprendendo sobre respeito. A pesquisa também busca estimular o debate acerca do ensino público e as políticas públicas instituídas para efetivá-lo, tratando especificamente da educação inclusiva como uma ferramenta para dirimir a exclusão e/ou segregação de um grupo de pessoas marginalizadas historicamente, permitindo igualdade de oportunidade aos estudantes público alvo. Além de contribuir para o avanço educacional do município, visto que há uma carência de trabalhos voltados para esse segmento a nível local e em municípios de pequeno porte.

Este estudo está estruturado em seis seções. A primeira é a introdução, apresenta o tema de forma geral e sua relevância. A segunda seção, dispõe conceitos de políticas públicas, educação pública, inclusão e exclusão, além de discutir aspectos legais que contribuíram para instituir direitos para o público alvo estudado. Na terceira seção, é apresentado breve discussão sobre a implementação da educação inclusiva no contexto municipal, alguns critérios avaliativos e a formação de profissionais para educação inclusiva. Na quarta seção é apresentada a metodologia que conduziu este trabalho. A quinta seção expõe a análise e discussão dos resultados de pesquisa. Por fim, a última seção trata-se das considerações finais do estudo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Ao tratar o tema da inclusão na educação é importante mencionar os aspectos históricos e culturais que levaram a sociedade a um processo de exclusão, primeiramente. As dificuldades encontradas pela pessoa com deficiência, não apenas no âmbito da educação, podem ser relatadas pela história, Costa *et al.*, (2022) comentam a respeito dos paradigmas históricos vivenciados pelas pessoas com deficiência: os períodos de exclusão, de segregação e de integração.

O período mais antigo de exclusão pode ser percebido na maneira de viver das primeiras civilizações. Por viverem principalmente da caça e necessitarem de mobilidade para busca de alimentos, aquelas crianças que nasciam com alguma deficiência sobreviviam por pouco tempo, quando não, eram mortas pelo próprio clã. Ainda citando Costa *et al.*, (2022), “o fato de algumas deficiências não permitirem ao indivíduo atuar em conjunto com àquela sociedade, levavam estes indivíduos à exclusão.”

Já no período de segregação, tem-se uma considerável influência religiosa no comportamento da sociedade, Yaegashi *et al.* (2021, p.6) comenta que,

[...] Neste momento, as pessoas não são mais vistas como subumanos, como no período anterior, já que possuem alma e liberdade, sendo assim filhos de Deus e merecedores da vida, o que torna a eliminação e abandono destes inaceitáveis (Yaegashi *et al.* 2021, p.6).

Como exemplo de segregação, é possível citar a criação de instituições pelas igrejas, como asilos, manicômios e orfanatos que objetivavam acolher a pessoa com deficiência que eram entregues por suas famílias. Contudo, isto refletia na exclusão destas pessoas do convívio social, de outra maneira, as pessoas com deficiência embora fizessem parte da sociedade, não participava de forma ativa (Yaegashi, 2021).

É no próximo período, de integração, que as pessoas portadoras de necessidades especiais começam a ser inseridas na sociedade, pois inicia-se um período em que a influência da religião começa a perder espaço, a ciência avança e a sociedade se torna mais questionadora (Yaegashi *et al.* 2021).

Segundo Costa *et al.*, (2022), é neste período que começam a surgir institutos visando promover a educação de pessoas com deficiência. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos criado

em 1854 é um exemplo das primeiras tentativas de promover educação para esse público no Brasil.

A educação sofreu várias alterações e adaptações até ser instituída como direito do cidadão e como dever do Estado (Brasil, 1988). Segundo Saviani (2008), as primeiras tentativas de organizar a educação como responsabilidade do poder público ocorreram entre 1827 e 1890. Enquanto a unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo a rede pública e privada, só acontece a partir de 1961.

A educação passa a ser instituída como um direito do cidadão, na Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado o dever de fazer cumprir esse direito mediante oferta de políticas públicas que atendam essas demandas de escolarização.

Para Souza (2006), políticas públicas são, ao mesmo tempo, as ações do governo e a análise dessas ações, para resolver ou mitigar um problema. Portanto, para a autora, política pública é a análise das possíveis soluções para um problema público, as ações que os governos fazem de forma prática para resolvê-lo e a análise constante dos efeitos que estas ações promovem para dirimir, ou não, o problema, podendo sofrer alterações durante sua execução para obter melhores resultados.

Cury (2008), concebe a ideia de educação escolar como um bem público e enfatiza o histórico de omissão que levou a educação a ser um direito juridicamente protegido, caracterizando também o seu papel na cidadania através da qualificação para o trabalho, e ressalta a necessidade de garantias e condições que efetivem essa ideia.

Diante dessa concepção, percebe-se outras dimensões de educação escolar que vão além do Direito. É dever do Estado, bem como dos atores responsáveis por seu funcionamento, garantir instituições e políticas públicas que condicionem os processos educativos.

A educação básica, por ser um momento privilegiado em que a igualdade cruza com a equidade, tomou a si a formalização legal do atendimento a determinados grupos sociais, como as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, como os afrodescendentes, que devem ser sujeitos de uma desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações, tanto pelo papel socializador da escola quanto pelo seu papel de transmissão de conhecimentos científicos, verazes e significativos (Cury, 2008, p. 300).

A educação, além de escolarizar os indivíduos no sentido de transferir conhecimentos, exerce um papel de inclusão social, à medida que atende minorias historicamente excluídas ou marginalizadas pela sociedade, como é o caso das pessoas afrodescendentes, comunidades tradicionais e adultos que não foram escolarizados na idade certa. Contudo, essa pesquisa se retém no âmbito da Educação Especial Inclusiva, que para Silva et al., (2024) é um modelo pedagógico que reconhece e valoriza as diferenças individuais, na equidade e na participação de todos no processo educacional.

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação ainda não foi efetivado, e confunde-se muitas vezes com apenas uma inserção, onde acredita-se que a presença do estudante na sala de aula regular, é suficiente para promover inclusão (Costa *et al.*, 2022).

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS

Serão apresentados aqui, alguns dos marcos legais que contribuíram para instituir a educação inclusiva no país, como: a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva lançada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015.

Elencando os marcos normativos e políticas públicas criadas na tentativa de promover inclusão, suas lacunas e efetividade, bem como um parecer diagnóstico da educação especial, nasce a “Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” lançada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008 com o objetivo de assegurar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial inclusiva.

A referida política, fornece orientações aos sistemas de ensino em temas como: a importância da formação de profissionais da educação para inclusão; destaca a participação da família e da comunidade; enfatiza sobre a oferta do atendimento educacional especializado e da acessibilidade arquitetônica em transportes e prédios (MEC, 2008).

Historicamente, o atendimento educacional especializado se deu como substitutivo ao ensino comum, essa política inclui o público alvo da educação especial no ensino regular, fazendo

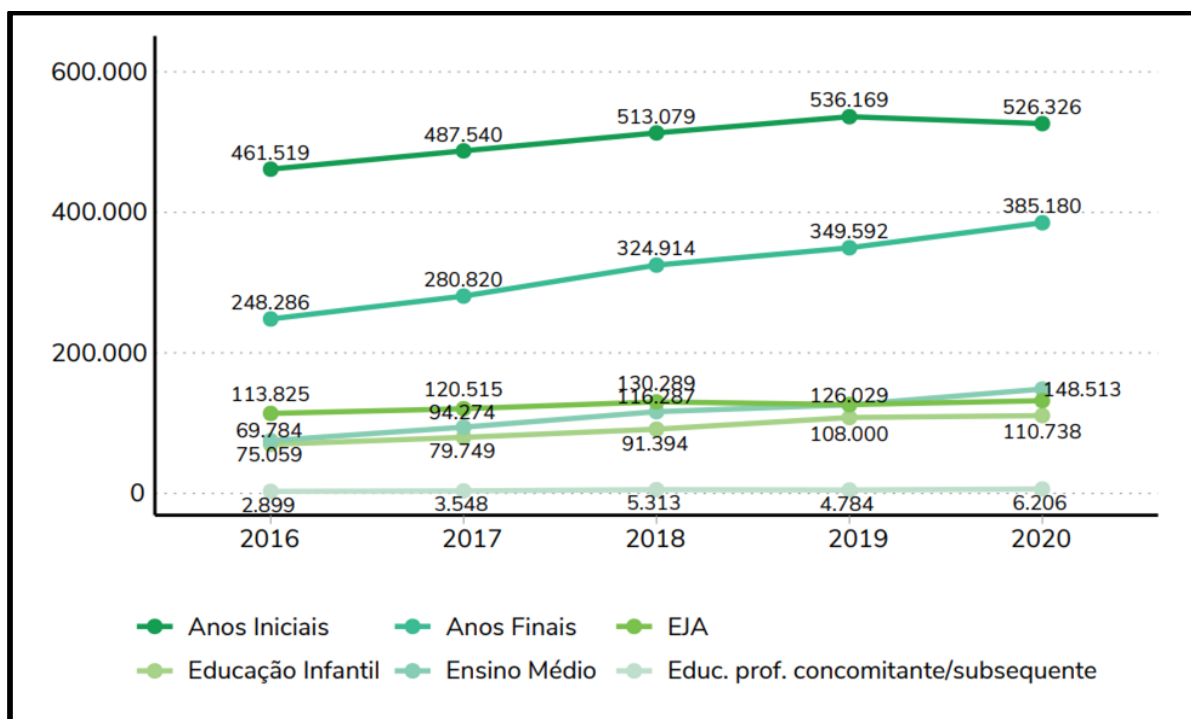
com que a oferta do atendimento educacional especializado aconteça de forma conjunta e articulada entre esses espaços. Além de ressaltar questões importantes como transporte, acessibilidade e formação de profissionais (MEC, 2008).

Em 2014, a Lei N° 13.005 de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) de acordo com o Art. 214 da CF 88, estabelecendo metas relevantes para educação. Destaca-se neste contexto, o Art. 8° § 1°, que afirma aos entes federados a função de estabelecer planos que, de acordo com inciso III, garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades. Esse plano também estabelece 20 metas que deverão ser cumpridas durante sua vigência. No que diz respeito à educação especial inclusiva, pode-se evidenciar a meta 4, que objetiva universalizar o acesso à educação básica aos alunos público alvo da educação especial (Brasil, 2014).

Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) visando assegurar o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, bem como promover inclusão e cidadania, determinando uma série de direitos no que diz respeito à educação e proibindo às instituições privadas a cobrança de valor adicional para o cumprimento dessas determinações (Brasil, 2015).

No contexto da educação inclusiva, de 2016 - 2020 ocorreram aumentos significativos no número de matrículas de alunos com deficiência, em decorrência dessas leis (Deed/Inep, 2020). O Gráfico 1, apresenta o quantitativo de matrículas de alunos público alvo da educação especial inclusiva, por etapa de ensino no Brasil, nos anos 2016 - 2020, obtidos através do Censo Escolar. Percebe-se um aumento gradual nas matrículas dos Anos Finais e na Educação Infantil nesse período.

Gráfico 1 - Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino – Brasil – 2016-2020



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep (2020) com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica .

Segundo dados obtidos através do Censo Escolar, realizado pelo INEP (2023), observa-se um aumento de cerca de 800 mil matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas entre 2016 e 2023.

Conforme estabelecido na meta 4 do PNE (Plano Nacional de Educação), esse aumento crescente no número de matrículas reflete a contribuição da política para promover e universalizar a educação (Brasil, 2014).

O processo de inclusão reflete o direito ao acesso à sala comum para os estudantes, mas o sucesso na aprendizagem é necessário e precisa ser garantido (Razuck; Cavalcante, 2024).

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO MUNICIPAL E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A efetivação da inclusão escolar é um desafio multifacetado que exige uma abordagem abrangente. Além disso, necessita de políticas públicas que de fato promovam inclusão e contribuam para construção de um ambiente mais justo (Silva et al, 2024).

No entanto, ainda encontram-se desafios no âmbito local, Camelo (2021), comenta a respeito dos municípios brasileiros, problemas na gestão e no planejamento educacional, a falta de priorização do AEE na perspectiva inclusiva e questões que decorrem disso: a escola, o contexto e os sujeitos. Para Nascimento *et al.* (2024), existem outros desafios como: falta de destinação de recursos públicos, mudanças no currículo, implementação da proposta inclusiva no PPP da escola e mudanças de comportamento em toda a comunidade escolar (diretor, professor, pais e alunos).

No que diz respeito aos indicadores e/ou critérios para avaliar a educação inclusiva, a literatura traz diversos aspectos importantes. Após fazer revisão da literatura pertinente, Maisto (2023), destaca alguns indicadores de avaliação: dados de acesso do público-alvo a rede de ensino inclusiva (matrículas e frequência); o treinamento e qualificação profissional dos professores e as estratégias de ensino adotadas; adequação do ambiente escolar que irá receber os alunos público alvo, consistência de políticas educacionais e a efetivação de uma cultura de inclusão.

Como indicador de avaliação pode-se considerar o quantitativo de estudantes público alvo da educação especial que estão matriculados em escolas regulares inclusivas, além da frequência desses alunos e a porcentagem de alunos desse público que recebem atendimento educacional especializado (Meletti, 2014 apud Maisto, 2023).

Para uma educação apoiada na inclusão, precisa-se de um ambiente escolar adequado, principalmente baseado no respeito entre funcionários da escola e alunos, além de metodologia adequada para comunicação entre professores e alunos (Havel e Kratochvilova, 2014 apud Maisto, 2023). Outro ponto de análise é a participação dos pais, e a relação entre família e escola para o sucesso do estudante (Elbaum, 2014 apud Maisto, 2023).

3.1 DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Documentos como a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (MEC) 2008, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 2015, ajudaram a reconhecer a necessidade de inclusão na educação. Com isso, a questão da inclusão passa a ser vista, não apenas pela ótica de acesso, mas também pela qualidade educacional (Lima, 2024).

Segundo Silva *et al.*, (2024) muitos profissionais docentes que atuam na educação inclusiva ainda se sentem despreparados para exercer tal função, dentre as dificuldades mencionadas estão lacunas na formação inicial e continuada e falta de suporte institucional adequado. Os autores ainda mencionam como desafio, a resistência de alguns educadores em mudar suas práticas pedagógicas para se adaptarem às necessidades de alunos com deficiências. Lima (2024) ainda destaca como desafios importantes a escassez de recursos e o desinteresse de gestores e governantes em investir nessa área.

Nessa direção, a formação acadêmica deveria incluir de maneira prática e teórica componentes que abordem a educação inclusiva, preparando os profissionais docentes para a realidade de um ambiente escolar diversificado. Não deixando de lado a formação continuada, para atualização de conhecimentos e práticas pedagógicas (Silva *et al.*, 2024).

Para Rodrigues e Sales (2024), um dos caminhos mais eficazes para o sucesso da inclusão escolar é a formação docente. A atuação do professor com a devida qualificação profissional, estratégias e métodos de ensino que sejam apropriados às especificidades dos estudantes são indispensáveis para alcançar a inclusão de forma efetiva.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi de natureza exploratória, visando gerar informações acerca das ações das escolas da rede pública de ensino em Coxixola-PB, para promover um ensino inclusivo.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No que se refere aos objetivos, este estudo é de natureza exploratória, tendo como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais claro ou auxiliar na formulação de hipóteses. Assim, o estudo apresentará dados e informações, utilizando-se da combinação de pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o propósito de compreender uma determinada realidade (Gerhardt; Souza, 2009).

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA

No que diz respeito ao levantamento de dados, foi feito um questionário e dois roteiros de entrevistas. O primeiro semiestruturado com perguntas abertas e dicotômicas, em formato impresso, foi dirigido à gestão municipal, contendo 13 perguntas com objetivo de contextualizar o local de estudo e os perfis das escolas existentes no município.

Com base no referencial teórico pesquisado, o roteiro de entrevista destinado aos profissionais docentes atuantes em salas inclusivas, contendo sete perguntas abertas foi desenvolvido com o intuito de: Caracterizar a formação dos docentes da rede municipal (pergunta 01); Obter uma visão geral da percepção dos professores a respeito da educação inclusiva e quais os principais desafios vivenciados por eles (pergunta 02); Identificar ações realizadas pela escola para incluir estudantes que são público-alvo da Educação Especial (pergunta 03); Verificar aspectos pedagógicos e educacionais relacionados à Educação Especial no PPP das escolas (pergunta 04); Observar se existe oferta de formação pedagógica voltada para a Educação

Especial no local pesquisado e se há busca pessoal dos professores por formação (pergunta 05); Reconhecer a percepção dos docentes sobre o atendimento educacional especializado (AEE) (pergunta 06); E apontar as ações realizadas em favor dos alunos público-alvo da educação especial e inclusiva (pergunta 07).

Para obter uma compreensão mais profunda em relação aos impactos das políticas públicas adotadas, foi elaborado um segundo roteiro de entrevista para compreender as experiências e percepções dos pais de alunos público-alvo da educação especial e inclusiva em Coxixola-PB. O roteiro contou com quatro perguntas abertas, que objetivavam: Obter uma visão geral da percepção dos pais sobre a eficácia das políticas de inclusão implementadas no município (pergunta 01); Identificar os obstáculos específicos enfrentados pelos alunos com necessidades especiais e avaliar a resposta das instituições de ensino (pergunta 02); Verificar a percepção dos pais sobre a qualificação dos profissionais e a adequação dos recursos disponíveis (pergunta 03); Obter sugestões de melhorias a partir da perspectiva dos pais, contribuindo para a análise das políticas públicas existentes (pergunta 04).

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a realização do estudo, os sujeitos de coleta desta pesquisa foram selecionados da seguinte forma: 1 membro da secretaria municipal de educação, responsável pelo planejamento das políticas educacionais, indicado pela prefeitura; 1 professor da Educação Infantil; 1 professor do Ensino Fundamental I; e 1 professor de cada área do conhecimento (Códigos e Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Natureza), todos atuantes em turmas que incluíssem estudantes do público-alvo da Educação Especial, na rede pública municipal de ensino. Ao todo, sete professores que de forma voluntária aceitaram participar da pesquisa foram entrevistados, seguindo o critério de disponibilidade e abrangência, buscando incluir professores de diferentes etapas de ensino em cada escola pesquisada.

As entrevistas foram realizadas em três escolas da rede municipal do município de Coxixola-PB. A Escola Municipal João Francisco de Souza com dedicação exclusiva ao ensino fundamental, a Escola Municipal Manoel Lins de Albuquerque dedicada ao ensino infantil e a

Escola Municipal Maria do Nascimento Neves que recebe alunos do ensino infantil, fundamental I e II.

Além disso, foram entrevistadas 5 mães de alunos do público-alvo da Educação Especial matriculados na rede. A escolha dos pais ocorreu de forma aleatória, a partir de um cadastro fornecido pela gestão pública. O contato foi feito com os pais, e as entrevistas foram realizadas com 5 mães que concordaram em participar.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O questionário em formato impresso dirigido à gestão municipal, foi elaborado e entregue na secretaria de educação, onde a pesquisadora se identificou através da carta de apresentação com explicação prévia sobre os objetivos da pesquisa, com um prazo de 5 dias para devolução.

As entrevistas com os professores foram realizadas nas escolas em que estes trabalham, com a utilização de um aplicativo de gravação no celular, tendo duração média de 5 minutos. Posteriormente as entrevistas foram transcritas também por meio de aplicativo.

As entrevistas com as mães foram realizadas em suas casas, em dia e horário acordados previamente, também por meio de um aplicativo de gravação no celular, tendo duração média de 8 minutos e posterior transcrição também por meio de aplicativo.

Assim, a partir das informações coletadas, foi realizada a Análise de Conteúdo, uma técnica de análise amplamente utilizada em pesquisas sociais e educacionais, pois os dados gerados nesse tipo de estudo são coletados por meio de entrevistas, questionários, observações, grupos focais, entre outras técnicas que visam captar as percepções dos participantes sobre o objeto de investigação (Valle; Ferreira, 2024).

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O público alvo deste trabalho são estudantes da rede pública de ensino, no município de Coxixola-PB, matriculados em qualquer etapa do ensino entre o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental II, e que sejam portadores de alguma deficiência. Para contextualizar o local de estudo e os perfis das escolas existentes no município, o questionário destinado à gestão municipal trouxe algumas informações importantes para entender os critérios de tomada de decisão da gestão pública. Dentro da rede pública de ensino existem quatro escolas (uma se localiza na zona urbana e três estão localizadas na zona rural), destas três, apenas em uma, não há demanda de alunos público-alvo da educação especial inclusiva, portanto, a pesquisa se limitou às três escolas que recebiam o público-alvo em 2024. Quanto ao funcionamento das turmas, em duas das escolas, o ensino se dá em classes multisseriadas.

Das três escolas que recebiam alunos da educação especial, duas não possuíam até o momento da pesquisa, sala de atendimento educacional especializado (AEE), a justificativa dada pelo gestor respondente do questionário foi:

Os alunos são atendidos na sede. Devido à baixa quantidade de alunos nessas escolas, não há possibilidade de ter uma sala multifuncional. O município fornece o transporte para esses atendimentos - Gestor respondente 1.

Inicialmente, esta pesquisa buscou identificar a demanda de alunos portadores de necessidades especiais com laudos médicos na rede pública de ensino do município. Para isso, o questionário destinado à gestão municipal de educação questionou quais os tipos de deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o número dos alunos com laudos e a quantidade correspondente à esses alunos. A resposta obtida, foi que havia alunos com: Baixa Visão, Deficiência auditiva, Deficiência física, Deficiência intelectual, Deficiência múltipla e Autismo infantil. Do total de alunos atendidos pela rede pública municipal de ensino em 2024, dezenove (19) alunos eram público-alvo da educação especial inclusiva e todos estavam matriculados em salas regulares.

Quanto às adaptações físicas e arquitetônicas para receber os alunos da educação especial nas escolas pesquisadas, o questionário trouxe resposta afirmativa assim como também respondeu de forma afirmativa, quanto à disposição de recursos pedagógicos para atender esses

alunos. Questionado se deveria haver adequação curricular para que os alunos público alvo da educação especial tenham acesso ao currículo, a resposta foi positiva, e há na rede pública municipal de Coxixola-PB, adequação desse currículo, feito pela equipe pedagógica da secretaria municipal.

Diante disso, foi questionado à gestão quais propostas poderiam ser apresentadas para garantir um bom trabalho pedagógico, considerando a presença do aluno da Educação Especial.

As respostas obtidas foram:

Formação continuada; Mais planejamentos; Interação familiar; Utilização do Plano Educacional Especializado (PEI) - Gestor respondente 1.

Autores como Maisto (2023) e Rodrigues e Sales (2024) destacam a formação continuada e a qualificação profissional como fatores relevantes para a efetivação do ensino inclusivo. Lima (2024) reforça a importância da participação familiar nesse processo. Para Narciso et. al (2024), o Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta fundamental para personalização do ensino, garantindo que cada aluno receba o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão respondeu que há esse documento, e que a construção deste foi feita juntamente com a comunidade escolar. A resposta foi afirmativa quanto a presença de Coordenação Específica na escola que planeje e coordene as ações pedagógicas em relação à educação inclusiva. Perguntado se existem outros profissionais que colaboram diretamente para promover Educação Inclusiva, a gestão respondeu:

Sim, toda a equipe trabalha de forma conjunta com a equipe multifuncional - Gestor respondente 1.

Tendo em vista o disposto no MEC (2008), o sistema educacional inclusivo envolve parceria entre as áreas que o compõem, como atendimentos de saúde, ações de assistência social e o próprio cotidiano escolar. No entanto, o gestor respondente 1, não especifica quais profissionais atuam na equipe multifuncional. Essa resposta foi obtida através das entrevistas com professores e mães, e serão analisadas posteriormente.

Exposto o contexto local do estudo e os perfis das escolas no município que recebem os alunos público alvo sob a perspectiva da gestão, nas próximas seções serão apresentadas as percepções dos professores e das mães.

5.1 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Dos 24 professores atuantes nas escolas da rede municipal de ensino em Coxixola-PB em 2024, sete (7) professores atuantes em salas regulares inclusivas participaram da pesquisa, conforme amostra já citada anteriormente. Para manter a confidencialidade dos participantes envolvidos na pesquisa, foram utilizadas as nomenclaturas: Professor 1; Professor 2; Professor 3; Professor 4; Professor 5; Professor 6 e Professor 7.

O quadro 1 dispõe a formação acadêmica dos professores e suas respectivas áreas de atuação. Percebe-se entre as titulações, a presença de formação pertinente ao público alvo estudado (Professor 2, Professor 5 e Professor 6).

Quadro 1 - Formação e Atuação dos Professores Entrevistados

PROFESSOR N°	Formação	Área de atuação
Professor 1	Graduação em História. Especialização em História do Brasil e da Paraíba - FIP. Ciências Sociais - UFCG	Fundamental II.
Professor 2	Letras Português - UEPB. Pedagogia - Universidade Cruzeiro do Sul. Pós-graduação em em educação especial e inclusiva - FAVENI	Fundamental II.
Professor 3	Licenciatura em Matemática - UEPB	Fundamental II.
Professor 4	Pedagogia. Especialização em Educação Infantil.	Educação Infantil.
Professor 5	Letras Português- UEPB. Pedagogia. Pós-graduação em Psicopedagogia e Educação Infantil.	Fundamental I.
Professor 6	Pedagogia. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Infantil.	Educação Infantil.
Professor 7	Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduação em supervisão Educacional	Fundamental I.

Fonte - Elaborado pela autora a partir dos dados coletados

Ao serem questionados sobre o pensamento a respeito da inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na escola em que trabalham, constatou-se que todos os professores entrevistados percebem a importância da inclusão na escola, destacando aspectos como

aumento do número de alunos público-alvo, questões de socialização, interação e desenvolvimento individual.

O que eu penso sobre a inclusão dos alunos do público alvo da educação especial, é que é extremamente importante. A gente sabe a relevância dessa inclusão no ambiente escolar de um modo geral. Porque é um público que está tendo um grande aumento - Professor 2.

Que é um aspecto fundamental na sala de aula e fora dela, e em toda a comunidade escolar - Professor 4.

A educação inclusiva é muito importante para o desenvolvimento de qualquer criança e principalmente as que têm deficiências - Professor 5.

Quanto aos desafios, uma dificuldade citada pela maioria é de adaptação curricular, ainda existem outros desafios citados individualmente, como colaboração e aceitação por parte da família e falta de recursos didáticos suficientes.

E os principais desafios que eu enfrento em sala de aula são a atenção que a gente tem que dividir com os alunos que não são especiais e também por conta da nossa disciplina, tem conteúdos que são difíceis de adaptar as atividades. Essas são as maiores dificuldades que eu encontro - Professor 3.

É muito desafiador e complicado. O professor tem que lidar com inúmeras deficiências ao mesmo tempo em uma sala de aula. Preparar a mesma aula com inúmeras estratégias para buscar incluir todos os alunos. Além disso, os recursos disponibilizados para trabalhar em sala de aula ainda são muito poucos - Professor 5.

Temos um número alto de alunos com transtornos, o principal desafio são pais que não procuram apoio - Professor 7.

Nascimento *et al.* (2024), reconhece com o aumento no número de alunos inclusos nas escolas, a necessidade de discutir a realidade da implementação de políticas de inclusão escolar, elencando esses mesmos desafios, que apesar dos avanços, ainda persistem.

Ao serem questionados sobre ações para promover a inclusão nas escolas em que trabalham, os professores entrevistados destacaram as formações voltadas à temática da inclusão (estendida aos cuidadores educacionais), prédios acessíveis no sentido arquitetônico, elaboração do plano educacional individualizado (PEI), acesso a sala de atendimento educacional especializado (AEE) e equipe profissional que dá suporte às práticas pedagógicas cotidianas como coordenação pedagógica da educação especial e psicólogo.

Tem principalmente formação, tanto para professores quanto para cuidadores - Professor 1.

A inclusão em salas regulares, cuidadores que estão sempre tendo formação contínua, assim como os professores também. Adaptação curricular, elaboração de PEI 's. A gente se reúne e conhece o laudo do aluno para que assim, a gente possa elaborar dentro do currículo, atividades que possam incluir eles nas nossas aulas - Professor 2.

[..] E na escola a gente também não tem muita dificuldade porque a escola da gente tem uma boa acessibilidade. Tem rampas para os alunos que têm maior dificuldade de locomoção - Professor 3.

Encaminhamento para equipe técnica, sala de AEE, terapias com psicopedagogo e psicólogo - Professor 7.

No que diz respeito, aos aspectos inclusivos presentes no PPP das escolas, alguns professores relataram desconhecimento, mas informaram que o documento é acessível. Os docentes que responderam de forma afirmativa, ressaltaram que contribuíram para a elaboração do referido projeto, que há aspectos inclusivos, e que é nesse momento que ocorre o planejamento das ações baseado nos laudos dos alunos e posteriormente adaptação do currículo.

Sim, aqui a gente tem o projeto político pedagógico da escola. Todos os anos ele é revisado, e é feito as adaptações necessárias. Logo no começo do ano principalmente, nos planejamentos, têm formação para os professores, para logo em seguida ter um planejamento anual para poder começar o ano letivo e é sempre pensado dessa forma, de atender, nessa perspectiva para que haja inclusão. Com essa visão aí pra adaptar, e acolher da melhor forma possível essas crianças - Professor 1.

Sim. Conheço o PPP da escola. No início do ano, é dada formação dentro da semana pedagógica, e é nessas formações que nós temos nossa contribuição dentro do PPP. A gente sugere o que pode ser feito em relação à educação inclusiva. E a partir deles que a gente estuda os laudos que os alunos têm, pra gente conseguir adaptar nosso currículo para esses alunos - Professor 2.

Não conheço. Mas tem o acesso disponível na escola - Professor 4.

Segundo Lima (2024), para que uma escola seja verdadeiramente inclusiva, é necessário adaptação de recursos para atender as demandas dos alunos, isso requer uma avaliação e adaptação das estruturas organizacionais que respondam às necessidades deles.

No tocante a participação em formações pedagógicas voltadas à temática de educação especial inclusiva, constatou-se no questionário destinado aos professores, que a oferta dessas formações não se restringe aos professores, mas é estendida também aos cuidadores educacionais, conforme foi exposto em resposta à questão 03.

As formações pedagógicas voltadas à temática de educação especial inclusiva estão presentes no currículo profissional dos professores. Visto que a educação municipal também

oferece esse tipo de formação, e existe uma busca pessoal dos docentes por esse conhecimento. Para Souza e Vieira (2023), a formação continuada carece de um olhar direcionado e atento às reais necessidades, fornecendo elementos para reorganizar as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades existentes. Rodrigues e Sales (2024) comentam que a formação docente é um dos caminhos mais eficazes para o sucesso da inclusão escolar.

Quando questionados sobre o atendimento educacional especializado (AEE), além de mencionar sua importância para o desenvolvimento dos alunos, os professores destacam também a necessidade do aluno estar presente em sala regular.

Sabemos a importância do atendimento especializado. Ele deve sim, ele precisa estar dentro da nossa escola, ele precisa acontecer. Mas isso não exclui ele da sua sala regular. É tão importante o aluno estar inserido numa sala regular. Quanto é importante que ele esteja na sala de AEE - Professor 2.

De forma individualizada e que não exclua aluno da sala regular. E que seja feito, pra mim de uma melhor forma, que seja no contra turno. Que o aluno tenha um momento na nossa aula e no contraturno ele tenha essa aula, no AEE - Professor 3.

Primeiramente, em consonância com os professores regentes, é sempre importante que os professores mantenham essa parceria, esse contato com os profissionais do AEE para que, de fato, possamos pensar em um plano de aula, em um planejamento que venham contemplar as reais necessidades dos alunos - Professor 4.

Os professores afirmam a presença do AEE na escola, ressaltando principalmente, o trabalho conjunto entre AEE e sala regular para o desenvolvimento do aluno, conforme direção do MEC (2008), esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. Também destacam que esse atendimento deve ser feito no contraturno (período oposto ao das atividades regulares) para não retirar a participação do aluno da aula regular.

Para conhecer as ações realizadas pela educação municipal direcionadas aos alunos público-alvo da educação especial e inclusiva, conforme objetivo específico deste trabalho, a última pergunta trouxe algumas informações.

Trabalhamos na perspectiva, primeiro, de eliminar barreiras. Quando a gente fala em eliminar barreiras, estamos pensando em barreiras até arquitetônicas, por exemplo, da acessibilidade para que esses alunos cheguem à escola. Outra barreira muito importante é a atitudinal. Que começa de cada um, do desejo de fazer diferente. E aí na nossa escola nós temos: psicólogo exclusivo pra escola, assistente social, exclusivo da escola, psicopedagogos, professores de AEE e principalmente professores comprometidos. O que faz com que se nós temos essa base, que fazemos o trabalho como precisa ser feito, a gente consegue ter que os alunos não evadam, que eles permaneçam na escola e que a gente consiga fazer um bom trabalho - Professor 2.

As ações mais comuns que a gente tem na escola são os diálogos entre família e escola. Uma parceria da escola com as instituições especializadas em Monteiro, o NATEA e o CER, as campanhas de conscientização e inclusão nas datas específicas, como exemplo, em abril conscientização do autismo - Professor 5.

São as atividades adaptadas que a gente tenta sempre adaptar para que o aluno que tenha a necessidade especial ele possa da mesma forma que os ditos normais ter acesso a esses conteúdos de forma acessível, dependendo do transtorno que ele tem. E os prédios das escolas são sempre adaptados para o acesso das crianças com necessidades especiais - Professor 6.

Coordenadora específica da área, psicólogas, psicopedagogas, AEE. A rede pública municipal dá total apoio e investimento às crianças que precisam ser assistidas - Professor 7.

Para os professores, a escola trabalha vários aspectos inclusivos. Promove ações de conscientização, preserva a participação da família no processo educativo e conta com profissionais que contribuem diretamente no exercício de ensino aprendizagem, são citados: psicólogo, psicopedagogo, assistente social (profissionais que atuam exclusivamente na educação), coordenação pedagógica específica da educação especial e o Atendimento Educacional Especializado. Além de parceria com instituições especializadas como NATEA¹ e CER².

5.2 PERCEPÇÃO DAS MÃES

Para manter a confidencialidade das participantes envolvidas na pesquisa, serão utilizadas as nomenclaturas: Mãe 1; Mãe 2; Mãe 3; Mãe 4; Mãe 5.

O primeiro questionamento feito às mães, foi sobre a experiência de seus filhos em relação à inclusão na rede pública de ensino em Coxixola-PB. As respostas demonstraram que houve uma evolução nesse sentido. As mães caracterizaram o início da experiência como muito difícil, relatando principalmente dificuldade de adaptação dos seus filhos e a falta de recursos para acolher esse alunado, no entanto, apontam melhorias no decorrer do processo.

No início foi muito difícil porque ele não obedecia. Ele não se adaptou e aí a professora observou que ele precisava passar por uma avaliação, indicou o psicólogo da escola. E aí com o passar do tempo ele foi diagnosticado com autismo. E eu procurei terapias que até hoje faz, e melhorou muito - Mãe 1.

No começo, o primeiro ano dele foi muito difícil, principalmente porque na escola, ele basicamente foi o primeiro aluno laudado com autismo, e nem eu como mãe tinha conhecimento e a escola também não tinha, e então foi bem difícil o primeiro ano dele,

¹Núcleo de Apoio à Criança com Transtorno do Espectro Autista.

²Centro Especializado em Reabilitação.

foi bem traumatizante para todos nós [...] Depois que ele recebeu o laudo, foi mais difícil com um cuidador, na época ele precisava de um cuidador mesmo, de todos os cuidados, foi bem complicado porque, infelizmente, não tinha pessoas preparadas pra isso. Mas também eu sempre tive o apoio da diretora da escola e do secretário de educação, eu ficava aflita às vezes e ele conversava com eles e eles me ajudavam bastante nessas questões. Por uma parte eles tinham a falta de conhecimento, mas por outras, eles me apoiaram muito, a escola em geral assim nunca me negou nada do que eu pedi pra eles, eu tive o apoio. Então, hoje em dia ele está muito evoluído. Ele está se desenvolvendo muito bem na escola e hoje ele está bem adaptado na sala. - Mãe 2

No começo foi um pouco difícil, mas hoje, eu acho que ele está muito bem assistido. Ele tem os professores que ajudam e também tem o acompanhante, que também ajuda bastante ele na escola - Mãe 3.

Inicialmente foi bem frustrante. No início do primeiro ano na escola, não se adaptava nem ao ambiente e nem à professora. Não queria de jeito nenhum ir pra escola. É tanto que no meio do ano eu tirei da escola, até eu levar no neuro e a gente fazer todos os exames necessários para receber o diagnóstico E daí então eles só voltaram no ano seguinte. E mudou a professora, que se adaptou muito bem e hoje vai tranquilo, de boa pra escola - Mãe 4.

No começo foi difícil, porque assim aqui foi uma das primeiras crianças especiais na escola. Não tinha quase nada pra eles. De apoio, de cuidador. A gente lutou muito pra conseguir. Já hoje em dia não, hoje em dia já tem bastante coisa pra ele na escola. Já tem um cuidador que toma conta, os professores já são mais experientes e tem umas tarefa que já é feita só pra ele, a gente conseguiu a sala do AEE, que querendo ou não já é uma ajuda a mais para eles, a escola hoje em dia é adaptada, tem carro pra ir buscar em casa, que antes não tinha e assim a experiência eu creio que seja boa porque ele está gostando muito da escola. Hoje em dia ele faz questão de ir pra escola. Ele se dá muito bem com os professores e com todo mundo lá. Ele foi muito bem recebido - Mãe 5.

Apesar de uma experiência inicial difícil, observa-se o apoio da gestão escolar para responder às demandas apresentadas, tanto para melhorar a experiência das mães e alunos, quanto para responder aos desafios cotidianos vivenciados por eles.

Bem, os principais desafios são que os profissionais não estavam prontos para lidar com as necessidades dele, no caso, eu tive que levar a cuidadora dele no NATEA, onde ele faz as terapias, para falar com o psicólogo dele. Para ela receber as orientações e instruções de como lidar com ele - Mãe 1.

Então as maiores dificuldades que eu vejo hoje, é a dificuldade com o não, da socialização, e ele tem a maior dificuldade em sala de aula é matemática. E eu sempre estou pedindo, pra ajudar ele, da forma que ele consiga, pra que ele entenda e pra que ele consiga fazer a prova, não apenas vá lá e ler e marcar qualquer coisa. Hoje em dia, graças a Deus, a gente está bem evoluído, ele está muito bem, eu espero que melhore mais ainda né - Mãe 2

Um desafio que ele assim de princípio enfrentou era a falta de socialização dele com os alunos, com os colegas, e também enfrenta assim dificuldade em algumas matérias como matemática, por exemplo, ele tem muita dificuldade. Mas a escola tem lidado muito bem, tem feito de tudo pra ajudar ele. E ele está saindo muito bem, graças a Deus - Mãe 3.

Um dos desafios é dificuldade de se adequar aos ambientes, se enturmar, a socialização. Então a gente tem um grande problema, tanto a professora como os alunos também, os coleguinhas, até a gente também, porque ela não quer participar das tarefas em grupo. A escola está disponibilizando um psicólogo para atuar justamente nessa área, dos alunos mais necessitados, mesmo os alunos que já são atendidos pelo Natea, que já tem outros atendimentos, mas quando eles veem nas salas, observam os alunos que têm essa dificuldade eles estão dando prioridade, estão sendo atendidos - Mãe 4.

Bom, hoje em dia está mais fácil, mas de primeiro ele não andava. Ele é PC (Paralisia Cerebral) e micro (Microcefalia), ele não andava, não tinha rampa, não tinha acesso nenhum, que ajudasse a ele. Hoje em dia já tem. O desafio maior é que a gente descobriu que ele não escuta. Aí a escola ainda não é preparada para quem tem problema de audição.. E assim, sempre que a gente encontra uma dificuldade, a gente tenta conversar com os gestores, eles sempre dão um jeito. Mas a maior dificuldade dele hoje em dia é a audição - Mãe 5.

É possível pontuar o surgimento de várias melhorias, conforme já mencionaram os professores, as mães citam: AEE (Atendimento Educacional Especializado), atividades adaptadas, apoio dos cuidadores, presença de psicólogos e outros profissionais que contribuem para melhorar o serviço educacional, facilitação da mobilidade e apoio da gestão em ouvir e atender as demandas levadas até eles. Para os professores a inclusão já é uma prática existente na escola, apesar de se depararem com diversos desafios no exercício do seu trabalho, reconhecem a importância da inclusão e afirmam fazer o melhor possível para entregar um ensino efetivo.

No entanto, ao serem questionadas se a escola e os profissionais envolvidos estavam preparados para atender às necessidades dos filhos, a experiência das mães mostra que ainda existem nuances nesse processo.

Parcialmente, porque não são todos que têm esse preparo - Mãe 1.

Eu acho que não, porque falta muita coisa. São pequenas coisas, mas faltam. Falta entendimento, falta interesse, ah o meu aluno tá com dificuldade, vou ajudar ele, que eu quero ver o meu aluno desenvolver, meu maior contato na escola sobre o aprendizado dele é com a cuidadora, porque ela já tem o interesse, ela estuda sobre, mas o professores infelizmente ainda é vasto, é bem falho.

Já na escola, sempre que eu peço pra eles, pra direção eles fazem, até o vigia da escola se pedir ele intervém, ele ajuda de alguma forma. O principal mesmo que eu acho é em sala de aula e espero que um dia tudo isso mude, que eles vão pra escola ensinar com interesse, com amor, que eles queiram ver uma criança com deficiência evoluir - Mãe 2.

Bem, não todos profissionais. Infelizmente sabemos que tem profissionais e “profissionais”. Tem muitos que realmente estão ali por amor e eles que vem e desenvolvem muito bem o seu trabalho. Mas tem outros que me deixam muito a desejar, esse ano, eu não tenho o que reclamar, tanto o cuidador é muito atencioso, muito responsável quanto a professora também. Porém a gente sabe que nos próximos anos

será bem diferente, porque já vai mudar de professor, de sala, de tudo. Então já é outra adequação, já é outra dificuldade -Mãe 4.

Assim, cem por cento não. Porque nada é cem por cento, mas eles têm feito por onde. Eles têm procurado melhorar. Já tem achado uns profissionais pra ficar na escola, pra ajudar, eles sempre estão buscando. Porque cada um tem um jeito de deficiência, isso tem que ter um preparo. E hoje em dia já tem alguns outros profissionais que já ajudam bastante - Mãe 5.

Rodrigues e Sales (2024), comentam a respeito da atuação do professor, que a devida qualificação profissional, estratégias e métodos de ensino são indispensáveis para alcançar a inclusão de forma efetiva. A opinião das mães quanto a preparação dos profissionais mostra que ainda existem lacunas nesse quesito. As mães 1, 2, 4 e 5, asseguram que a qualificação profissional não é um tema sanado em absoluto, ressalta-se como principal problema (Mãe 2), a falta de interesse de professores em buscar capacitação.

A última pergunta feita aos pais, buscava obter sugestões de melhorias necessárias nas políticas públicas de educação inclusiva. A capacitação profissional, principalmente para professores e cuidadores, foi a sugestão mais recorrente entre as opiniões dos pais de alunos.

Eh precisa de capacitação, não só para os professores mas todos que fazem a escola, também para a família. É um conjunto. Eu acredito que é um conjunto. Tem que ser trabalhado, pais, mães, escola, professores, merendeira... - Mãe 1.

Eu acho que deveria ter mais investimento, deveria ser investido sim, em bons cursos, em bons treinamentos para que os professores atendessem essas crianças, pra que aquilo vire satisfação para eles, e que no geral acho que toda escola precisa. Eu acho que toda a escola, não só é professor, nem cuidador.. Na escola do meu filho eu acho que teve três ou quatro vezes que teve um curso sobre educação inclusiva não foram muitos, precisaria que tivesse mais - Mãe 2

O que eu acho que está precisando é professores mais bem preparados. Principalmente a de apoio, ter uma capacitação maior. Eles fazem de tudo mas, eu acho que precisaria melhorar, capacitar mais o apoio Mãe 3.

Bem, na minha opinião eu acho que deveria ter um um espaço mais amplo, um lugar lúdico, com mais outras atividades que pudesse, não só fazer as terapias, que eles pudessem ter acessibilidade para brincadeiras, já que tem criança que não se enturma em outros ambientes. Se tivesse musicoterapia, especificamente para os autistas, como também outros esportes como natação, por exemplo. Professores para reforçar algumas crianças que têm dificuldade de aprendizado, tanto na leitura quanto na escrita, como tem uns que tem TDAH, TOD, TOC, são inúmeros transtornos que a gente sabe que dificulta cada um da sua maneira -Mãe 4.

Nesse caso aí, por Coxixola ser pequena, aí ter poucas crianças com necessidade, o que precisa mais é profissional pra atender a demanda deles, a gente tem bons profissionais professores, mas eles não são bem pro alvo deles, sempre deixam a desejar um pouco.

E assim, a gestão aqui da escola procura muito formação para os professores, para lidar com essas crianças, cada um na sua dificuldade e no seu grau - Mãe 5.

Ainda no que diz respeito à formação, Mãe 5, pontua algumas vezes em que houve cursos de formação na escola de seu filho, Mãe 2 confirma essa posição, porém ressalta que essas formações deveriam ser mais constantes, e oferecidas também para toda a comunidade escolar.

Outras sugestões recebidas foram: espaço lúdico, com atividades que pudessem, não só fazer as terapias, mas que eles pudessem ter acessibilidade para brincadeiras, já que tem criança que não se enturmam em outros ambientes. Musicoterapia, especificamente para os autistas, outros esportes como natação e reforço escolar para algumas crianças que têm dificuldade de aprendizado.

Ao observar as informações resultantes dos questionários aplicados, fica evidente a relevância da formação, principalmente de professores, voltada a educação especial inclusiva, com conhecimento prático e teórico de ensino aprendizagem, além de conhecimento legal dos direitos do aluno. Outro fator importante, são as conversas e a colaboração, entre escola (professores, gestão, apoio) e família para obtenção de melhorias que respondam às reais necessidades dos alunos, Lima (2024), reforça a importância desse envolvimento na educação inclusiva, incluindo famílias e amigos, para que estejam contribuindo para um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz.

Uma das entrevistadas pontuou que:

A escola não tem que ser inclusiva por aceitar eles lá dentro, não existe isso, ah está dentro da escola, a escola aceitou, então é inclusiva, não é isso, inclusão vai muito além disso, ele precisa aprender a ler a escrever, aprender da forma que ele consegue aprender e acho que isso ainda falta. - Mãe 2.

Martins; Abreu; Rozek (2020), sublinham que educação não se restringe ao direito de acessar a escola. A efetivação da educação e de uma escola inclusiva envolve uma amplitude de outros fatores, alguns já discutidos durante este estudo. Salienta-se que um desses fatores é desconstruir um padrão histórico de exclusão, e reconstruir uma cultura que de fato seja inclusiva, como menciona esse professor:

Outra barreira muito importante é a atitudinal. Que começa de cada um, do desejo de fazer diferente - Professor 2.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, este trabalho buscou gerar dados e informações acerca das ações que a prefeitura de Coxixola-PB, buscou instituir para promover um ensino inclusivo, partindo da perspectiva de que a educação vai além de acessar a escola, sendo ela um direito do cidadão e um dever do estado. Cabe ressaltar aqui, que esta pesquisa não buscou solucionar problemas encontrados em seu decurso, mas apontar estes desafios e propor possibilidades de intervenção diante deles.

A análise dos dados coletados mostrou algumas limitações entre as políticas públicas de especial inclusiva. Conforme relatam as mães entrevistadas, o início do processo e a fase de adaptação foram muito difíceis, o acesso aos diagnósticos dos filhos, ou até os indicativos de que eles pudessem ter alguma deficiência, só aconteceram após as matrículas e as escolas só tomavam as providências para receber esses alunos após serem matriculados. Faz-se necessário que as escolas estejam preparadas para atender estudantes com necessidades educacionais especiais, mesmo que nelas ainda não exista esse público. Pois, o processo entre a matrícula, diagnóstico e o provimento dos serviços, além de lento, apresenta ser muito desgastante para as famílias e alunos.

Para além da estrutura física, umas das principais dificuldades citadas pelas mães, foi a questão da socialização. Após a família, o ambiente escolar é um espaço onde a criança vai se deparar com novas organizações sociais. Deve-se criar por parte da gestão, mecanismos de inclusão que promovam a socialização e um currículo que atente para as necessidades de interação social de acordo com cada faixa etária.

Um aspecto positivo encontrado pela pesquisa foi o diálogo entre família e gestão escolar. Apesar de um processo difícil e desgastante, essa colaboração contribuiu para o surgimento das políticas públicas que dão assistência aos alunos que dela precisam, apesar de serem respostas, talvez tardias, considerando que as escolas deveriam estar previamente preparadas para receber essas demandas.

Como sugestão, em concordância com as opiniões e demandas apresentadas pelos pais dos alunos público alvo, a escola poderia, dentro da semana pedagógica que acontece no início

do ano letivo (informação dada por um professor na entrevista), traçar estratégias junto com a equipe multifuncional, voltadas para recepção e adaptação dos alunos. Como também, trazer formação voltada para temática de adaptação curricular, uma dificuldade comum e latente relatada pelos professores. Além disso, promover o debate e a informação a respeito da inclusão, para toda comunidade escolar e diante das possibilidades para além dos muros das escolas.

As reflexões apresentadas neste trabalho não esgotam a complexidade das Políticas Públicas de Educação Especial, mas procuram contribuir para o debate sobre inclusão e fomentar novos estudos. Uma limitação deste estudo é que a amostra foi composta apenas por professores de três escolas municipais que, na época da pesquisa, tinham estudantes com necessidades educacionais especiais. Em uma das escolas da rede, não havia alunos desse público, o que restringiu a abrangência da investigação. Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se analisar a infraestrutura física e pedagógica das escolas que ainda não atendem alunos com necessidades especiais, investigando também o nível de preparo e formação dos docentes para lidar com a diversidade em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 13.146 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

BRASIL. LEI Nº 13.005/2014 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 193º da Independência e 126º da República.

CAMELO, M. G. S. **A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios do Maranhão: limitações e contribuições** – Dissertação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís. 2021. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1676> Acesso em: 27 Ago. 2024.

CURY, C. R. J.. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293–303, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 31 Jul. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica/2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf Acesso em: 20 Ago. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica/2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em: 20 Ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coxixola: Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/coxixola/panorama> Acesso em: 25 Set. 2024

LIMA, E. S. ENTENDENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DOS OLHOS DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR. Revista OWL (OWL Journal) - **REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 262–274, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.11035184. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/189> . Acesso em: 28 ago. 2024.

LIMA, A. G. D.; SANTOS, C. A. B.; CARMO, S. M.; COSTA, S. C. Paradigmas históricos da inclusão e da educação de pessoas com deficiência visual. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 9, n. 1, p. 89-102, Jan.-Jun., 2022 <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/12866> Acesso em: 07 Ago. 2024.

MAISTO, A. C. S. Avaliação da qualidade do processo de inclusão do público alvo da educação especial: um estudo de caso para a rede municipal de Florianópolis - Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, p.195. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247552> Acesso em: 28 Ago. 2024.

MARQUES, L. P. P. IMPLICAÇÕES DA INCLUSÃO NO PROCESSO PEDAGÓGICO. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 197–208, 2007. DOI: 10.5216/ia.v31i2.1255. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1255> . Acesso em: 26 ago. 2024.

MARTINS, G. D. F.; ABREU, G. V. S. D.; ROZEK, M.. CONHECIMENTOS E CRENÇAS DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NACIONAL. **Educação em Revista**, v. 36, p. e218615, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/edur/a/hC5ddRwNXCTH4VbXQKcjM7y/?lang=pt#> . Acesso em: 26 Ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 13 Ago. 2024.

NARCISO, Rodi; BRUGNERA, Elisângela Dias; SILVA, Washington Luiz da; SOUSA, José Rubens Rodrigues de; CRUZ, Neila Aparecida da; SOTT, Juliana da Silva; OLIVEIRA, Miriam Paulo da Silva; MARINHO, Marinéa Costa. PEI - PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSONALIZANDO O ENSINO PARA CADA ALUNO. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1006, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-116-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1006> . Acesso em: 22 set. 2024.

NASCIMENTO, J. S. do; AZEVEDO, C. M. de S.; CORRÊA, L. L.; AGUIAR, M. do C. P. de; BOTELHO, S. de O. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA IMPLEMENTAÇÃO CERCADA DE DESAFIOS. **Revista Ilustração**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 87–101, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i7.350. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/350> . Acesso em: 30 ago. 2024.

RABELO, Elizeny Pereira; SILVA, Arithan Santos da Silva e; SANTOS, Alzivanía Batista dos; SILVA, Francineide Mota da. EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 2206–2215, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i8.15261. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15261> . Acesso em: 29 ago. 2024.

RAZUCK, Renata Cardoso de Sá Ribeiro; CAVALCANTE, Sheila da Cruz Ribeiro. EDUCAÇÃO ESPECIAL: recomendações teóricas sobre como tornar uma escola inclusiva. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 93–113, 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i1.315. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/315> . Acesso em: 27 ago. 2024.

RODRIGUES, S. R. DE M. C.; SALES, L. C.. Necessidades Formativas do Professor Frente à Demanda de Alunos da Educação Especial em Classes Comuns. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e0097, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/ys4rZdfs88VJjxWkqSDf3DS/?lang=pt#> Acesso em: 28 Ago. 2024.

SANTOS, A. N. S. dos; ARRUDA, I. R. P. de; LIMA, E. R.; SILVA, V. P. A.; SAMPAIO, D. F.; MELO, E. T. de S.; BEZERRA, F. O.; SOUSA, C. A. M. de. Do texto legal à prática: políticas públicas de educação inclusiva para a rede municipal de educação em um município do Estado do Ceará. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. e6523, 2024. DOI:

10.55905/revconv.17n.4-239. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6523> . Acesso em: 26 Ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], v. 10, p. 147–168, 2008. DOI: 10.5585/eccos.v10i0.1356.

Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356>. Acesso em: 02 Ago. 2024

SILVA JUNIOR, Valdeci Ferreira da; MENDONÇA, Sandrine Maria Silva de; SILVA, Polliana Barboza da. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1139–1153, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i6.14191. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14191> . Acesso em: 28 ago. 2024.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4im/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 02 Ago. 2024.

SOUZA, T, N de; VIEIRA, L. Formação continuada de professores da educação infantil em dois municípios do interior paulista. **Interfaces Científicas**, Aracaju, V.12. N.1. p. 166 - 180.

Publicação Contínua - 2023. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/6747> Acesso em: 16 Set. 2024.

VALLE, Paulo Roberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin: Contribuições e Limitações para a Pesquisa Qualitativa em Educação. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697> . Acesso em: 24 sep. 2024.

YAEGASHI, J. G.; NADER, M.; YAEGASHI, S. R.; MAÇÃO, T. E. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais: contextualização histórica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, [S. l.], v. 8, p. e 021001, 2021. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/350>. Acesso em: 8 ago. 2024.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Quantas classes multisseriadas há na escola?

Séries iniciais:

Séries finais:

2. A escola atende:

Educação Infantil: () creche () pré escola

Ensino Fundamental: () anos iniciais () anos finais () Educação de Jovens e Adultos 90

Ensino Médio: () Normal () Educação de Jovens e Adultos () Educação Especial

3. Tem sala de atendimento especializado na escola?

() sim () não

Se sim, quantas?

Se não, por quais motivos?

4. Nesta escola há estudantes público-alvo da Educação Especial?

() sim () não

Se não, por quais motivos?

5. A escola dispõe de adaptações físicas e arquitetônicas para receber os alunos da educação especial?

() sim () não () parcialmente

6. A escola dispõe de recursos pedagógicos para receber os alunos da Educação Especial?

() sim () não () parcialmente

Se não ou parcialmente, o que seria necessário providenciar para atender estes alunos?

7. Caso tenha alunos da Educação Especial na escola assinale o tipo de deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação e coloque o número de alunos correspondente:

Deficiência

() Cegueira

() Baixa Visão

() Surdez

() Deficiência auditiva

() Surdocegueira

() Deficiência física

() Deficiência intelectual

() Deficiência múltipla

Transtorno global do desenvolvimento

- ☐ Autismo infantil
- ☐ Síndrome de Asperger
- ☐ Síndrome de Rett
- ☐ Transtorno desintegrativo da infância (psicose infantil)

Altas habilidades /Superdotação

- ☐ Altas habilidades/Superdotação

Marque abaixo, sobre a escolarização desses alunos:

- ☐ têm acesso ao currículo da escola como os demais alunos
- ☐ têm acesso a um currículo diferenciado dos demais alunos
- ☐ frequentam a escola apenas para socializar-se
- ☐ outros-qual

8. Na sua opinião deveria haver adequação curricular para que os alunos tenham acesso ao currículo?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ se possível

9. Se há adequação do currículo, quem fez esta adaptação?

- ☐ equipe pedagógica secretaria municipal
- ☐ professores da escola
- ☐ professores da Educação Especial

10. Ao analisar a presença do aluno da Educação Especial na escola quais propostas você apresentaria para garantir um bom trabalho pedagógico?

11. A escola possui Projeto Político Pedagógico?

- ☐ Sim ☐ Não.

Se sim, como foi a construção do referido Projeto?

12. Há Coordenação Específica na Escola que Planeje e Coordene as Ações Pedagógicas em Relação à Educação Inclusiva?

- ☐ Sim ☐ Não.

13. Existem outros profissionais que colaboram diretamente para promover Educação Inclusiva?

- ☐ sim ☐ não

Se sim, quais? Como se dá essa atuação?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

1. Qual sua formação acadêmica e qual sua função na escola que trabalha?
2. O que você pensa da inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na escola que você trabalha? E quais os principais desafios que você encontra em sala de aula?
3. Você conhece ações realizadas pela escola para incluir estudantes que são público-alvo da Educação Especial? Se sim, poderia descrever como essas ações são implementadas?
4. Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola? Caso conheça, quais aspectos pedagógicos e educacionais relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva estão presentes no PPP?
5. Você já participou de alguma formação pedagógica voltada para a Educação Especial que tenha sido promovida pela escola, município ou por conta própria?
6. Em sua opinião, Como deve ser feito o atendimento educacional especializado (AEE) ao público-alvo da Educação Especial?
7. Qual é a concepção de inclusão afirmada e firmada na escola que você trabalha e quais ações político-pedagógicas são observadas a fim de garantir o acesso, a participação, a aprendizagem e a permanência dos alunos público-alvo da Educação Especial?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MÃES DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DO ESTUDO

1. Como você descreveria a experiência do seu filho(a) na rede pública de ensino de Coxixola-PB em termos de inclusão?
2. Quais são os principais desafios que seu filho(a) enfrenta no ambiente escolar, e como a escola tem lidado com esses desafios?
3. Você considera que a escola e os profissionais envolvidos estão adequadamente preparados para atender às necessidades do seu filho(a)? Por quê?
4. Quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam necessárias nas políticas públicas de educação inclusiva em Coxixola-PB para melhor atender seu filho(a) e outras crianças com necessidades especiais?

